



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena
Editora

Ano 2019



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Política social e gestão de serviços sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-756-7 DOI 10.22533/at.ed.567192511 1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de. CDD 361
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Porém, destacam-se as especificidades e contextos inerentes de cada região. A realidade brasileira historicamente foi permeada por contradições sociais e econômicas, que tem forte impacto na condução e execução das políticas sociais.

A política social e os bens e serviços sociais emergem das relações sociais de uma sociedade em constante transformação e são produtos de uma arena de conflitos, ao mesmo tempo em que buscam consenso reproduzem a manutenção da ordem e do controle. Logo, a compreensão destes conceitos implica necessariamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, assim como a conjuntura econômica, social, cultural e política.

Esta coletânea intitulada “Política Social e Gestão dos Serviços Sociais” apresenta reflexões acerca da concepção da Política Social e da Gestão dos Serviços Sociais, e, questões transversais que influenciaram a concepção, transformação e os movimentos sociais para o seu aprimoramento. Os autores utilizam diferentes metodologias, tais como: revisões bibliográficas, análise documental, abordagens técnicas e qualitativas, pesquisa de campo com entrevistas e estudos de casos. Cabe ressaltar, que a variedade das discussões asseguradas neste exemplar, que é composto por vinte e três artigos, é também intrínseca a configuração do próprio desenrolar da política social, que perpassa por diferentes meandros e tem uma infinidade de possibilidades e desdobramentos.

Este livro reúne uma coletânea de artigos, que foram subdivididos em dois blocos centrais. O primeiro bloco é composto pela contextualização da política social e por reflexões sobre sua influência no processo de trabalho do Assistente Social. Assim, os autores realizam ponderações acerca da conjuntura de institucionalização da política social, com apontamentos sobre o contexto histórico do desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo na América Latina e elucidação do desmantelamento das políticas sociais na contemporaneidade. Trata-se de uma obra plural, que inclui análises sobre interlocução da política social junto ao processo de trabalho do Assistente Social, abordando mercado de trabalho, a autonomia profissional e reflexão acerca da influência do coronelismo, clientelismo, assistencialismo e da religião no Serviço Social, que são eixos fundamentais para pensar a estruturação desta profissão.

No segundo bloco os autores discorrem sobre políticas sociais públicas, como: Política de Assistência Social, Adolescentes e Jovens, Sistema Penal - Segurança Pública, Racial, Habitação e Saúde. Para tanto, analisam aspectos sobre a pobreza e a conformação da Assistência Social como política pública, abordando inclusive a estruturação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de

Assistência Social e demonstrando variadas experiências locais. Esse conjunto de inquietações foi primordial para adentrar a discussão sobre os adolescentes, jovens e as famílias, que foi analisado sob a ótica da Proteção Social Básica, ato infracional, medidas socioeducativas e do processo de desligamento dos jovens, institucionalmente acolhidos, ao completarem a maioridade.

Na sequência, o livro apresenta uma análise sobre o sistema penal na sociedade capitalista, que possibilitou a discussão sobre os desafios da desigualdade racial, e também foi explanada a situação dos refugiados acolhidos no Brasil e a perpetuação do racismo. Além disso, a obra contempla a discussão sobre a desigualdade socioespacial, incluindo ponderações sobre a conformação dos espaços urbanos, do direito à cidade e das implicações do Programa de Aceleração do Crescimento. E, por fim, apresenta distintas pesquisas realizadas, que versam sobre a avaliação de desempenho, análises documentais, análise da percepção dos gestores sobre o programa do Governo Federal e pesquisas com enfoque nas políticas de saúde.

Ressalto que, na atualidade, os ataques e cortes das verbas para a Educação Pública influem diretamente na restrição do desenvolvimento dos projetos, que indicam a limitação da realização da pesquisa e do alcance dos necessários resultados. Considerando a fragilidade deste cenário torna-se ainda mais essencial visibilizar os estudos técnicos científicos, sobretudo pelos resultados, que são engendrados as lutas sociais e buscam a manutenção e execução das políticas sociais e dos serviços sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS	
Mariza Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5671925111	
CAPÍTULO 2	13
O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Thaynara Moreira Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.5671925112	
CAPÍTULO 3	23
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICA SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Angela Kaline da Silva Santos	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5671925113	
CAPÍTULO 4	35
MERCADO DE TRABALHO, TRABALHO E AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Gabriela Mendes Moreira Schocair	
DOI 10.22533/at.ed.5671925114	
CAPÍTULO 5	48
OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	
Adriano Pereira Basilo de Oliveira	
Erica Silva de Oliveira	
Vaniele Soares da Cunha Copello	
DOI 10.22533/at.ed.5671925115	
CAPÍTULO 6	62
SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.5671925116	
CAPÍTULO 7	74
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Lívia Daniela de Brito Berlandi	
Leana Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.5671925117	

CAPÍTULO 8	84
O SUAS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE AS LÓGICAS DO APERFEIÇOAMENTO E DA RESTRIÇÃO	
Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.5671925118	
CAPÍTULO 9	95
POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS	
Dayana Cury Rolim	
DOI 10.22533/at.ed.5671925119	
CAPÍTULO 10	107
AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
DOI 10.22533/at.ed.56719251110	
CAPÍTULO 11	118
O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dora Susane Fachetti Miôtto Maria José Coelho dos Santos Eliaidina Wagner Oliveira da Silva César Albenes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.56719251111	
CAPÍTULO 12	130
PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Carol Colpo Gubert Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi Daniela Tonús	
DOI 10.22533/at.ed.56719251112	
CAPÍTULO 13	145
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Andressa Silva Veloso	
DOI 10.22533/at.ed.56719251113	
CAPÍTULO 14	156
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO RACIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva Maria José Coelho dos Santos Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Dora Susane Fachetti Miotto Marcelo Plotegher Campinhos César Albenes de Mendonça Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.56719251114	

CAPÍTULO 15	167
REFUGIADOS CONGOLESES: A EVIDENCIAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
Suellen Felix Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.56719251115	
CAPÍTULO 16	178
REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES	
Sueli do Nascimento	
Celena Pereira Rabello	
DOI 10.22533/at.ed.56719251116	
CAPÍTULO 17	188
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES	
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva	
Maria José Coelho dos Santos	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva	
Marcelo Plotegher Campinhos	
César Albenes de Mendonça Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.56719251117	
CAPÍTULO 18	199
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREA DE ZEIS: MORADIAS DE ALUGUEL NA COMUNIDADE DA SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC	
Raquel Soares	
DOI 10.22533/at.ed.56719251118	
CAPÍTULO 19	212
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM DIFERENCIAL PARA ATUAÇÃO DOS COLABORADORES DO RAMO IMOBILIÁRIO	
Fernando Cavalheiro Silva Da Roza	
Nadya Regina Bilibio Antonello	
Claudia Aline de Souza Ramser	
Letícia Marasca	
Steffani Nikoli Dapper	
Luis Felipe Dias Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.56719251119	
CAPÍTULO 20	233
PERCEPÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ SOBRE O PANORAMA DO PROVIMENTO DO MAIS MÉDICOS	
Marlon Gibb Barreto Zimmer	
Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima	
DOI 10.22533/at.ed.56719251120	

CAPÍTULO 21	246
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) DE UMA GRANDE REDE DE FARMÁCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Thâmara Carollyne de Luna Rocha	
Amanda Bastos Castro	
Djalma Coriolano da Silva Júnior	
Rodrigo Lisboa Nunes de Oliveira	
Maria Cleciene Fontes de Oliveira Thomaz	
Débora Dolores Souza da Silva Nascimento	
Stéfani Ferreira de Oliveira	
Maria Joanellys dos Santos Lima	
Williana Tôrres Vilela	
Karolynne Rodrigues de Melo	
Pedro José Rolim Neto	
Rosali Maria Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.56719251121	
CAPÍTULO 22	259
INTERVENÇÕES PARA USUÁRIOS DE DROGAS BASEADAS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Ana Maria da Silva Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.56719251122	
CAPÍTULO 23	268
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Rosângela Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.56719251123	
CAPÍTULO 24	280
ATENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA: A SISTEMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS ORGANIZATIVAS PARA SEU CONTROLE NO BRASIL	
Thaislayne Nunes de Oliveira	
Mônica de Castro Maia Senna	
DOI 10.22533/at.ed.56719251124	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	292
ÍNDICE REMISSIVO	293

O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE

Dora Susane Fachetti Miôto

Escola Superior em Ciências da Santa Casa de
Misericórdia – EMESCAM
Vitória – ES

Maria José Coelho dos Santos

Escola Superior em Ciências da Santa Casa de
Misericórdia – EMESCAM
Vitória – ES

Eliaidina Wagna Oliveira da Silva

Escola Superior em Ciências da Santa Casa de
Misericórdia – EMESCAM
Vitória – ES

César Albenes de Mendonça

Escola Superior em Ciências da Santa Casa de
Misericórdia – EMESCAM
Vitória – ES

RESUMO: A reestruturação da economia capitalista busca superar as crises do capital nas relações entre classes em um ambiente complexo e contraditório. Neste cenário, o Estado implanta e executa ações com cunho protetivo e preventivo para combater a prática do ato infracional realizada por adolescente entre 12 e 18 anos incompletos. À vista disso, esse texto pretende contribuir na reflexão, no debate e no engajamento da população frente à política social, face ao crescente número de adolescentes inseridos no sistema socioeducativo. Ora, os atos normativos

decretados foram e são importantes para a política social, mas são necessárias ações concretas para reduzir a desigualdade social e fortalecer a cidadania na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Sociedade Capitalista; Ato Infracional; Medidas Socioeducativas.

INFRACTIONAL ACT AND SOCIO-EDUCATIONAL MEASURES IN CONTEMPORARYITY

ABSTRACT: The restructuring of the capitalist economy seeks to overcome the crises of capital in class relations in a complex and contradictory environment. In this scenario, the State implements and executes protective and preventive actions to combat the practice of the infraction performed by adolescents between 12 and 18 years old. In view of this, this text intends to contribute to the reflection, debate and engagement of the population in the face of social policy, given the growing number of adolescents inserted in the socio-educational system. Now, the normative acts enacted were and are important for social policy, but concrete actions are needed to reduce social inequality and strengthen citizenship in contemporary society.

KEYWORDS: Capitalist society; Infractionary Act; Educational measures.

1 | INTRODUÇÃO

Esse texto tem como objetivo contribuir na reflexão, no debate e no engajamento da população referente à expressão da questão dos adolescentes em conflito com a lei, diante das contradições do capitalismo que impactam na dignidade e sobrevivência humana, acarretando a pobreza generalizada e a necessidade de controlar e amenizar as turbulências, viabilizando o desenvolvimento das políticas sociais, face à implantação e execução de ações, com cunho protetivo e preventivo, para combater a prática de ato infracional realizada pelo público adolescente entre 12 e 18 anos incompletos.

Buscou-se embasamento teórico em pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto discutido, com informações existentes na legislação, no plano de atendimento socioeducativo e nos relatórios do governo federal, estadual e municipal.

O artigo apresenta, na primeira parte, uma reflexão sobre a transformação do capitalismo contemporâneo, com base no movimento da acumulação flexível, para superar as crises do capital. Na segunda parte, pontua a crescente desigualdade social e o desenvolvimento de vários problemas sociais impulsionados pela dinâmica da reestruturação produtiva capitalista. Na terceira parte, registra a compreensão da política socioeducativa para minimizar os atos de infração realizados por adolescentes na sociedade contemporânea. E, finalmente, as considerações envolvem os assuntos discutidos e a finalidade de contribuir na reflexão, no debate e na inspiração de lutas para a superação da realidade apresentada.

2 | REFLEXÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

O tema está baseado na reestruturação das relações capital e trabalho que visa, “[...] instaurar e impor um novo padrão de acumulação capitalista em escala planetária [...]” (ALVES, 2011, p. 12), para superar as crises do capital, através do processo da acumulação flexível, diante de um contexto com rápido avanço tecnológico, valorização do investimento financeiro e desencadeamento da flexibilização na legislação trabalhista. Com efeito, a “[...] acumulação flexível surge como estratégia corporativa que busca enfrentar as condições críticas do desenvolvimento capitalista na etapa da crise estrutural do capital [...]” (ALVES, 2011, p. 13), com o objetivo de produzir e reproduzir riquezas para o bloco dominante.

O capitalismo contemporâneo intensifica várias mudanças na relação capital e trabalho, apoiadas no movimento da flexibilização que desencadeia novos processos de trabalho, novos mercados e padrões de consumo no âmbito global e local, bem como articulações e concentração no investimento financeiro, “[...] que incrementou a velocidade, a intensidade e amplitude do ser-precisamente-assim do capital, propiciando, desse modo, um salto qualitativo em seu potencial ofensivo sobre o trabalho assalariado [...]” (ALVES, 2011, p. 29).

De fato, o grupo dominante defende a propriedade privada, os interesses da “[...] grande corporação, o mercado livre de restrições políticas, sociais ou culturais

[...]” (IANNI, 2001, p. 220) e busca garantir a “[...] perpetuação dos mecanismos de dominação social, política e econômica (SILVA, 2016, p. 27) para avançar no “[...] capitalismo financeiro internacional, reprimir, pela violência, toda e qualquer pressão de dentro ou fora da ordem, e transformar o Estado em instrumento exclusivo do poder burguês [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 91).

Compreende-se que embora os direitos sociais fundamentais estão expressos na Constituição Federal de 1988, à luz da justiça, democracia e igualdade, vivemos o retrocesso dos direitos já conquistados. “Pode-se dizer que inexiste no Brasil o respeito a certos direitos sociais decorrentes da cidadania [...]” (GENTILLI, 2006, p. 172), diante do movimento de uma política nacional “[...] impregnada da ideia de conferir direitos efetivos, diferenciados e desiguais a segmentos e categorias particulares [...]” (ibidem, p. 173).

Isto posto, percebe-se que a dinâmica da acumulação flexível é criar contínuas mudanças nas relações capital e trabalho, como a flexibilização de salário e horas e a criação de diversas modalidades de contrato de trabalho, perpassando a possibilidade de negociação entre as partes e promovendo a regulamentação de suas próprias relações, sem a interferência do Estado, em um cenário com predominância e direção dos interesses do capital.

Os “[...] proprietários do capital e da tecnologia aumentam e alargam os seus ganhos desenvolvendo a concentração e a centralização do capital [...]” (IANNI, 2001, p. 221) de forma desigual e, por outro lado, emerge uma crescente problematização no mundo trabalho, promovendo o desencadeamento de vários problemas sociais que ameaçam a sobrevivência humana e reforçam a desigualdade social no País.

Os estudos preliminares registram um decréscimo de postos de trabalho formais com uma variação do ano 2015 para 2016 de 4,2% de retração de vínculos empregatícios nas regiões brasileiras, conforme fonte de informações do Ministério do Trabalho através da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, ano 2016. Em consequência, aumentou a extrema pobreza, de acordo com a análise das condições de vida da população brasileira - 2018 - pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 6,6% da população em 2016 para 7,4% em 2017.

Enfim, a ampliação do capital permite modificar os “[...] padrões de sociabilidade, vida cultural e consciência, simultaneamente às condições de organização, mobilização e reivindicação [...]” (IANNI, 2001, p. 130). E entende-se necessário, articular debates e lutas sociais para zelar pela democracia e garantia de direitos, fortalecer a justiça e inclusão social. Com à busca de melhor distribuição de renda e avanços no processo de redemocratização nacional.

3 | A QUESTÃO SOCIAL E SUAS EXPRESSÕES NA CONTEMPORANEIDADE

A expressão da questão social é um processo histórico de progressos e retrocessos na estrutura capitalista, de acordo com o tempo e o espaço, envolvendo a luta de classes em cenário de interesses antagônicos, que influenciam nas condições de vida da maioria da população. Pois, a organização do capitalismo contemporâneo reforça e fortalece a hegemonia burguesa e as mudanças nas relações entre política, economia e sociedade.

Os efeitos dessas transformações expressam o agravamento das desigualdades sociais e o crescimento do desemprego estrutural, ampliando o quadro de incertezas e desequilíbrios nas relações capital e trabalho e, conseqüentemente, o fenômeno da violência vai se desenvolvendo em diversos contextos, “[...] desde a organização estrutural da sociedade, as condições de desigualdade social, de poder e de apropriação da riqueza social pelas classes dominantes [...]” (GENTILLI, 2015, p. 20). Sendo a frequência da violência “[...] mais visível nas práticas ilegais, como assassinatos, extermínio, latrocínios, roubos e furtos [...]” (ibidem, 2015, p. 21) na esfera nacional.

O problema da violência representa a grande dificuldade de alinhar a acumulação do capital e a ampliação dos direitos à vida, ou seja, “[...] associar competitividade do capital, democracia e justiça social [...]” (GENTILLI, 2015, p. 25), diante de um ambiente complexo e contraditório, que propicia o aumento dos problemas sociais em diversas áreas e revela baixa iniciativa para a redistribuição de renda. Com efeito, a violência vai se manifestando em diversos espaços na sociedade contemporânea, a partir de “[...] condições precárias e por toda a sorte de desigualdades, aprofundada pela pobreza [...]” (ibidem, 2015, p. 37), proporcionando o envolvimento de adolescentes excluídos em atos infracionais.

Segundo Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – 2016, repercutiu num aumento do número de adolescente em conflito com a lei no sistema socioeducativo, com primazia do sexo masculino, na faixa etária de 16 a 17 anos, com envolvimento em 47% de atos classificados como roubo e 22% registrados como tráfico.

De fato, as alterações no processo produtivo desencadeiam uma crescente problematização socioeconômica na contemporaneidade e desafiadoras respostas para minimizar a expressão da questão social que emerge das relações desiguais entre as classes sociais na realidade capitalista.

Tal cenário implica no “[...] aumento da demanda por serviços sociais, o que pressiona o Estado a ampliar as despesas sociais [...]” (SILVA, 2016, p. 48). Mas, vale dizer, que os investimentos em políticas sociais seguem os propósitos governamentais e os interesses do monopólio nacional e internacional do capital.

Busca-se assegurar políticas sociais, como medidas paliativas e caráter compensatório, que não colocam os direitos sociais como prioritários e universais. “[...] Trata-se da utilização da assistência como meio de regular o conflito social em nome

da ordem pública e da segurança nacional (IAMAMOTO, 2013, p. 96).

Nesta direção, o movimento do capital transfere a responsabilidade social do Estado para a sociedade civil através da “[...] privatização das medidas de proteção social em geral, inclusive assistenciais, para grupos de maior risco social (crianças e adolescentes, idosos, mendigos etc.) [...]” (GENTILLI, 2006, p. 174), sob a argumentação de diminuir os gastos do Estado e assegurar resultados mais satisfatórios no atendimento das demandas sociais.

“[...] Os programas econômicos-sociais passam a ser definidos pelo Estado em função de critérios aparentemente técnico-administrativos, eliminando, com isso, a função representativa dos grupos interessados, numa linha de “despolitização” desses programas. Como expressão da burocratização crescente das relações sociais, os trabalhadores passam a depender de decisões tomadas na esfera político administrativa do Estado em questões que afetam sua própria sobrevivência [...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 99).

Dessa forma, o Estado desenvolve mecanismos assistenciais para diminuir os conflitos entre classes e avançar na proteção social. Oferta-se um conjunto de serviços integrados “[...] tanto nas organizações da rede pública como da privada [...]” (GENTILLI, 2006, p. 210), obedecendo aos arranjos e às articulações dos interesses da minoria dominante e propiciando alguns avanços no atendimento às necessidades básicas da maioria da população, diante da crescente pobreza instalada em diversos espaços na realidade nacional.

“As manifestações cotidianas imediatas e visíveis da pobreza indicam estado ou condição de privação, vulnerabilidade, fragilidade, dificuldade ou insegurança. É o que se convencionou chamar, na linguagem popular, de carência ou de pessoas carentes de certos recursos para a satisfação de necessidades básicas e vitais” (SILVA, 2016, p. 53).

Efetivamente, convivemos com uma crescente desigualdade social que afeta diretamente a dignidade e sobrevivência humana. Assim, por tudo isso, é necessário pressionar o Estado para aumentar as oportunidades de inclusão social e práticas democráticas em prol ao desenvolvimento social. Pois, compreende-se que o “[...] “social” constitui um permanente apelo para pensar a sociedade em termos mais equânimes e justos, objetivando a melhoria da qualidade de vida das camadas sociais subalternizadas [...]” (SILVA, 2016, p. 49).

Cabe refletir e debater para contribuir com mudanças significativas no presente e obter resultados satisfatórios no futuro, fortalecendo a participação popular nos mecanismos de controle, monitoramento e avaliação das políticas sociais existentes na sociedade nacional e lutar pela ampliação dos direitos.

Portanto, diante das rápidas mudanças no capitalismo contemporâneo, das instabilidades nas instituições e nas relações sociais, exige-se um repensar nas políticas sociais através de ações a curto, médio e a longo prazo, identificando a

expressão da questão social e oferecendo solução mais adequada em face ao custo/benefício para melhoria nas condições de vida da população e redução do indicador de desigualdade social.

4 | COMPREENSÃO DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO ÀS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

O Governo decretou vários atos normativos com base na Constituição Federal de 1988 para organizar os serviços de assistência social em todo território nacional, através de uma gestão participativa, que articula os esforços e os recursos dos três níveis de governo (União, Estados e Municípios) para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social, com foco na garantia do acesso aos serviços de proteção à população necessitada e contribuição na erradicação da pobreza.

“[...] O combate à pobreza é uma exigência da governabilidade, o que equivale dizer de estabilidade social, ainda que sob diferentes motivações político-ideológicas no âmbito das quais se articulam e se defendem interesses econômico-financeiros” (SILVA, 2016, p. 54).

A política de assistência social oferece um conjunto de serviços para fortalecer a família e contribuir na autonomia dos seus membros, evitar rompimento de laços familiares e comportamentos em desacordo com a lei diante das situações que envolvem desemprego, doenças, falta de acesso à moradia, saúde, educação e outros, buscando o enfrentamento das crises do capital como “[...] formas de combate à desigualdade de renda, de gênero, ético-racial e socioterritorial [...]” (SILVA, 2016, p. 30).

Nesta orientação, a política de medidas socioeducativas busca desenvolver ações educativas junto ao adolescente em situação de conflito com a lei e promover a inclusão social, a partir de regulamentação da Lei nº 12.594 de 2012 que estabeleceu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - alinhado aos princípios da Constituição Federal de 1988, que enfatiza a justiça social e democracia, e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Cabe dizer, que o Estatuto da Criança e do Adolescente ficou popularmente conhecido como ECA, desde a sua criação em 1990, mas devido a um movimento de defensores desta lei, buscou-se substituir essa sigla por ECA.

O ECA vem representar um grande marco político e social na sociedade contemporânea, através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que normatizou a proteção integral à infância e à juventude, considerando criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade, bem como promoveu subsídios para a participação popular e a construção e o desenvolvimento de políticas sociais no contexto nacional.

Registram-se nos artigos previstos do Estatuto da Criança e do Adolescente

(BRASIL, 1990), as seguintes medidas socioeducativas para combater a prática de ato infracional realizada por adolescentes, como:

- advertência – Art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada;
- obrigação de reparar o dano – Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima;
- prestação de serviços à comunidade – Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais;
- liberdade assistida – Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente;
- inserção em regime de semiliberdade – Art. 120. O regime de semiliberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial;
- internação em estabelecimento educacional – Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
- e qualquer outra prevista na referida legislação.

Neste contexto, o SINASE representa um movimento de participação governamental e popular para atuar com medidas socioeducativas na redução da questão social envolvendo a vida de adolescentes no cenário nacional. E realiza interface com diferentes sistemas e políticas públicas para articular ações que norteiam a garantia dos direitos e o desenvolvimento da cidadania, através da rede de serviços, via integração do Sistema de Justiça e Segurança Pública, Sistema Único da Assistência Social (SUAS), Sistema Educacional e Sistema Único de Saúde de Saúde (SUS).

A gestão do SINASE está baseada no Plano Decenal que norteia o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de medidas socioeducativas, bem como contribui na elaboração dos Planos Decenais dos Estados e Municípios. Ressalta-se, que o mapeamento estratégico do período de referência 2013 – 2022 está estruturado através de diretrizes, marco situacional geral, modelo de gestão do atendimento socioeducativo e metas, prazos e responsáveis, de acordo com os eixos operativos do plano e cronograma para que os resultados atuais possam ser melhorados na sociedade brasileira.

As medidas socioeducativas buscam sistematizar e organizar ações educativas de forma descentralizada na esfera Federal, Estadual e Municipal, junto aos adolescentes em conflito com a lei, com o apoio de entidades governamentais e não governamentais e equipes multidisciplinares.

A política socioeducativa tem o propósito de buscar a proteção dos direitos, fortalecer os laços familiares, aumentar a frequência escolar, efetivar a inserção na sociedade e interromper a trajetória infracional, articulando um conjunto de ações junto a rede de serviços em face ao adolescente e sua respectiva família.

De acordo com o SINASE, a gestão pedagógica desenvolvida pelas entidades e/ou programas de atendimento devem propiciar ao adolescente o acesso aos direitos, as oportunidades de superação de sua situação de exclusão, a revisão dos valores e a construção de identidade para a inclusão na vida social, uma vez que as medidas socioeducativas possuem dimensão jurídica e pedagógica.

Nesse sentido, a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) constitui uma importante ferramenta no acompanhamento do adolescente e da sua família durante o cumprimento da medida socioeducativa. Logo, é significativo registrar os avanços e os retrocessos do adolescente em processo socioeducativo, incluindo orientações e encaminhamentos necessários. Inicia-se a elaboração do PIA com a acolhida do adolescente no programa de atendimento. Na sequência, desenvolve-se o mapeamento do diagnóstico e a construção de ações e metas junto ao adolescente e sua respectiva família, via responsabilidade da equipe multidisciplinar nas áreas: Jurídica, Saúde, Psicológica, Social e Pedagógica.

Sob o exposto, destaca-se, a seguir, a estrutura do sistema socioeducativo, com base no Plano de Atendimento Socioeducativo Nacional, do Estado do Espírito Santo e do Município de Vila Velha para ajudar a identificar e superar as dificuldades no cenário nacional e local.

Sistema Socioeducativo				
Abrangência	Instituição	Plano	Objetivo	Eixos
Nacional	SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo	2013-2022	Alcançar direitos, interromper a trajetória infracional e inserir social, educacional, cultural e profissional.	Gestão, Qualificação do Atendimento, Participação cidadã dos adolescentes e Sistema de Justiça e Segurança.
Estadual	IASSES – Instituto de Atendimento Socioeducativo do Estado do Espírito Santo	2015-2024	Alcançar os objetivos da socioeducação, respeitando os princípios e diretrizes já consolidados na legislação vigente.	Gestão, Qualificação do Atendimento Socioeducativo, Fortalecimento do Sistema de Justiça e Segurança e Protagonismo juvenil.

Municipal	Secretaria Municipal de Assistência Social de Vila Velha	2015-2024	Contribuir para a sistematização do atendimento socioeducativo no município de Vila Velha, de acordo com o preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente e do Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo.	Gestão, Qualificação do Atendimento Socioeducativo, Participação Social, Cidadania e Autonomia e Sistema de Justiça e Segurança
-----------	--	-----------	---	---

Tabela 1 - Sistema Socioeducativo

Fonte: Autores (2019)

De fato, a descentralização “[...] das políticas de proteção social para o âmbito local repõe o embate político no campo das relações sociais e abre parcerias com lideranças e representantes [...]” (GENTILLI, 2006, p. 175) das camadas populares. Aponta aumentar as discussões e a participação da sociedade civil na rede de agentes comprometidos com as mudanças no sistema socioeducativo para reduzir a expressão da questão social apresentada no cotidiano do País.

Os resultados da política socioeducativa, conforme Levantamento Anual do SINASE – 2016, indicam 25.929 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte nove) adolescentes e jovens (12 a 21 anos) em atendimento socioeducativo nas unidades voltadas à restrição e privação de liberdade (internação, internação provisória e semiliberdade), além de 521 (quinhentos e vinte e um) adolescentes em outras modalidades de atendimento (atendimento inicial, internação sanção), com um total de 26.450 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta) adolescentes e jovens incluídos no sistema socioeducativo desenvolvido nas 477 unidades de atendimento nacional.

Registrou-se um aumento no número de adolescentes na modalidade internação, de 18.281 em 2015 para 18.567 em 2016, e uma redução no número de adolescentes em semiliberdade, referente ao mesmo período de 2.348 para 2.178. Efetivamente, o panorama é desafiador para todos os envolvidos na dinâmica das medidas socioeducativas para minimizar o cumprimento de medidas mais gravosas.

A questão é um alerta para superar os principais elementos impeditivos do sistema socioeducativo, identificados nos estudos do panorama social brasileiro e registrados no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo – 2013 – 2022, como exemplo a melhoria no Sistema de Justiça e Segurança, nas Unidades de Atendimento Inicial Integrado, nas Unidades para o Meio Fechado, nos Programas em Meio Aberto, nos Recursos Humanos e no Sistema de Informações.

Portanto, a sociedade contemporânea demanda “[...] o Estado por nova agenda política, interna e internacionalmente, que precisa ser assumida pelos poderes da República, em suas respectivas competências, pois trata de proteger vidas [...]”

(GENTILLI, 2015, p. 37) e fortalecer os direitos sociais, alinhados à busca de melhor distribuição de renda e efetiva participação popular no processo de mudanças econômicas, políticas e sociais para obter um cenário com baixos índices de pobreza e violência no ambiente nacional e local.

Em suma, enfrentar a expressão da questão social é compreender o sistema produtivo contemporâneo bem como planejar, mobilizar e executar ações em conjunto, Estado e sociedade civil, em prol da justiça e equidade para reduzir a desigualdade social, fortalecer a cidadania, garantir políticas sociais mais efetivas à vida e impulsionar a melhoria nas condições de vida da maioria população.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças no processo produtivo para superar as crises existentes do capital favorecem os interesses do grupo dominante na sociedade e reduz as garantias sociais já conquistadas diante de uma realidade complexa e contraditória. À vista disso, o desenvolvimento do capitalismo propicia o aumento dos problemas sociais em diversas áreas e revela grandes dificuldades nas tentativas de redistribuição da renda em nível global e local.

Nessa direção, busca-se ampliar lutas e garantir a conquista das políticas sociais, como um instrumento de recuperação da dignidade humana e norteador do desenvolvimento humano, em um processo de exercício da cidadania e avanço na garantia dos direitos.

Tal cenário de lutas de classes, com interesses antagônicos entre os grupos sociais, exige que o Estado continuamente se reorganize para também atender às reivindicações da maioria da população, buscando criar e recriar mecanismos de investimentos em políticas sociais para enfrentar as múltiplas expressões da questão social.

O Estado dentro de um processo histórico, vai se modificando conforme o panorama econômico, político, social e cultural na estrutura capitalista, priorizando e defendendo os interesses do grupo dominante, mas também, atendendo as demandas coletivas, à vontade coletiva, devido a necessidade de garantir a paz e a ordem social.

Isto posto, cabe registrar, que a Constituição de 1988 estabeleceu o sistema descentralizado e participativo, representando um avanço social e político na sociedade brasileira e promovendo ações integradas entre as esferas públicas e a sociedade civil com objetivo de assegurar a proteção social. Dessa forma, abriu-se oportunidade para a efetiva participação popular na formulação, na fiscalização e no controle social das políticas sociais.

De fato, o Governo decretou vários atos normativos, com base na Lei Maior, para organizar os serviços de assistência social em todo território nacional, através de uma gestão participativa, que articula os esforços e recursos nos três níveis de governo (União, Estados e Municípios), na direção da garantia de direitos e inclusão social.

Mas, até o momento, não se conseguiu superar os problemas sociais do passado, pois estes permanecem com profundas evidências na nossa contemporaneidade, persistindo a pobreza e a violência na realidade social.

O agravamento dos problemas sociais reforça o crescente envolvimento de adolescentes em atos infracionais e a necessidade de o Estado atuar com uma política de atendimento socioeducativo, via uma rede de proteção fortemente planejada, monitorada e avaliada constantemente por todos os envolvidos, para obter resultados satisfatórios no cotidiano nacional.

Trata-se de assegurar os ajustes necessários, de forma qualitativa e quantitativamente, no sistema socioeducativo, com agilidade e qualidade, para produzir avanços no exercício da cidadania, no reestabelecimento da dignidade humana e na construção do projeto de vida do adolescente sem o envolvimento do ato infracional.

Por fim, a política socioeducativa tem grandes desafios na nossa atualidade, mas precisa garantir o exercício de toda a legislação vigente e o cumprimento do Plano Decenal para o bom funcionamento do sistema de atendimento socioeducativo; frente a perspectiva de fortalecer o compromisso de mudança no cenário existente, reduzir a desigualdade social e praticar ações democráticas e autônomas em prol do desenvolvimento social contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 1º abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm. Acesso em: 1º abr. 2019.

BRASIL. IBGE. Estatísticas sociais. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. IPEA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal>. Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Disponível em: <http://trabalho.gov.br/dados-abertos>. Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes; COELHO, Maria Carlota de Rezende. Organizadoras. **Investigações sobre violência e sociabilidade: desafios transdisciplinares**. Pesquisa, São Paulo: Veras, 2015.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Transformações societárias recentes e as raízes da violência atual. In: GENTILLI, Raquel de Matos Lopes Gentilli; COELHO, Maria Carlota de Rezende. Organizadoras. **Investigações sobre violência e sociabilidade: desafios transdisciplinares**. Pesquisa, São Paulo: Veras, 2015.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. **Representações e práticas: identidade e processos de trabalho**

no serviço social. 3. ed. Revista. São Paulo: Veras, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. Ensaios críticos. 12ed. São Paulo: Cortez, 2013.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Ademir Alves da Silva. **Políticas Sociais**: arenas de lutas por acesso à riqueza social. São Paulo: Veras Editora, 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

Thaislayne Nunes de Oliveira: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 176
Adolescentes 30, 102, 114, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 167
Assistencialismo 88, 103
Assistencialista 48, 49, 52, 56, 76, 131, 137, 275
Assistência social 18, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 143, 153, 184, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 285, 292
Ato infracional 118, 119, 124, 128, 152, 153, 154

C

Capitalismo 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 30, 33, 56, 60, 63, 67, 72, 97, 107, 108, 109, 111, 115, 119, 120, 121, 122, 127, 146, 147, 180, 196, 271, 272
Capitalista 2, 3, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 27, 38, 42, 52, 59, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 127, 145, 148, 149, 151, 153, 185, 192, 194, 195, 196, 208, 271, 277
Cidadania 12, 15, 57, 59, 66, 72, 82, 83, 95, 113, 117, 118, 120, 124, 126, 127, 128, 147, 157, 181, 234, 269, 274
Classes sociais 108, 121, 163, 183, 190, 192, 194
Clientelismo 59, 88
Clientelista 48, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 103
Coronelismo 49, 50, 59, 189
Coronelista 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60
Crime 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154

D

Desemprego 15, 20, 34, 38, 50, 86, 100, 105, 121, 123, 146, 148, 181, 205
Desenvolvimentismo e Pós-Desenvolvimentismo 5
Desigualdade 19, 20, 25, 26, 31, 38, 86, 104, 110, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 157, 158, 163, 166, 169, 172, 173, 187, 188, 190, 197, 199, 206, 235, 271, 277
Desigualdade social 19, 38, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 158, 169, 173, 190, 271, 277
Desigualdade socioespacial 194
Determinantes sociais 82, 287, 289
Direitos sociais 13, 17, 18, 20, 38, 59, 60, 70, 76, 77, 104, 120, 121, 127, 174, 181, 240, 274, 275, 284, 292
Drogas 29, 70, 152, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

E

Encarceramento 145, 146, 150, 151, 152, 154, 155
Estado 4, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 48, 49, 50, 52, 53, 57, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 83, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 104, 105, 108, 109,

114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 161, 162, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 207, 213, 235, 236, 242, 243, 244, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 283, 284, 285, 288, 291
Exclusão social 46, 109, 114, 174, 189, 192, 272
Extrema pobreza 26, 27, 79, 109, 111, 112, 113, 120

F

Famílias 26, 27, 28, 79, 80, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 136, 138, 163, 180, 201, 207, 209, 240, 273, 275
Focalização 17, 18, 19, 30, 38, 76, 82, 85, 86

G

Gestão de pessoas 213, 214, 215, 225, 231, 232

I

Inclusão social 30, 32, 72, 95, 96, 120, 122, 123, 127, 156, 157, 164, 274

J

Jovens 33, 72, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144
Justiça social 17, 27, 87, 105, 121, 123, 184
Juventude 29, 69, 72, 107, 108, 109, 115, 117, 123, 138, 139, 140

M

Marginalização 70, 109, 157, 165, 184, 192
Marxismo 21, 24, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73
Marxista 7, 12, 14, 24, 31, 50, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 147
Medida socioeducativa 125, 154
Meio ambiente 8, 186, 190, 193, 196, 247, 248, 249, 251, 254, 256, 258
Mercado de trabalho do assistente social 35
Miséria 27, 79, 82, 83, 168, 169, 174, 186

N

Negros 107, 109, 110, 116, 146, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 172, 173
Neoliberal 13, 16, 17, 25, 38, 39, 56, 57, 78, 82, 86, 88, 100, 109, 196, 272, 285
Neoliberalismo 25, 27, 39, 56, 86, 107, 272

P

Pobreza 3, 8, 11, 15, 17, 20, 26, 27, 49, 50, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 162, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 192, 210, 236, 271, 275, 277
Política de habitação 194
Política econômica 15, 25, 26, 30

Política pública 17, 83, 85, 87, 88, 111, 141, 193, 234, 275, 284

Políticas compensatórias 16, 105

Projeto ético e político 42, 46

Proteção social 22, 25, 32, 33, 38, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 116, 122, 126, 127, 274, 275, 286, 291

Q

Questão social 16, 30, 32, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 72, 82, 86, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 127, 147, 148, 192, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277

R

Racismo 72, 110, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174

Refugiados 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Relações sociais 14, 31, 36, 37, 43, 44, 71, 98, 101, 115, 117, 122, 126, 164, 165, 177, 183, 185, 189, 190, 194, 276

Religião 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 170, 171, 186

Religiosidade 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73

Riscos 41, 86, 96, 100, 105, 112, 114, 163, 164, 202, 251, 262, 266, 280, 287, 289

Riscos sociais 86, 96, 112

S

Saúde pública 196, 242, 245, 256, 259, 280, 282, 284, 285, 287, 289, 292

Seguridade social 16, 18, 22, 32, 75, 79, 83, 85, 87, 89, 90, 94, 105, 111, 272, 273, 275, 276, 287, 292

Seletividade 18, 78, 79, 85, 86, 88

Serviço social 13, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 93, 95, 107, 129, 138, 140, 141, 144, 167, 175, 178, 179, 268, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292

Sistema penal 145, 146, 152, 154

T

Teoria social crítica 1, 2

U

Universalidade 78, 79, 150, 273

Urbanização 50, 107, 112, 114, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 210

Urbano 40, 45, 109, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 210, 254

V

Violência 12, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 71, 73, 77, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 127, 128, 133, 138, 139, 145, 148, 150, 174, 177, 190, 272, 277, 292

Vulnerabilidade social 95, 96, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 115, 138, 139, 141, 209, 277

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-756-7

